

Assinatura do Protocolo “Ações de Formação e Prémios na área do Ambiente e da Sustentabilidade”
Fundo Ambiental / OA
26 de Abril 2021

Ex.mo Senhor Ministro do Ambiente e da Ação Climática, Eng. João Pedro Matos Fernandes,

Ex.ma Senhora Secretária de Estado do Ambiente, Doutora Inês dos Santos Costa

Ex.ma Senhora Directora do Fundo Ambiental, Dr.^a Alexandra Carvalho,

Caros convidados,

Caros Colegas,

Nesta oportunidade da assinatura do protocolo de colaboração entre o Fundo Ambiental e a Ordem dos Arquitectos, congratulo-me particularmente por estar habilitado, enquanto Presidente da Ordem, em sublinhar que estou aqui em representação de mais de 26 000 arquitectos, construtores de soluções, e empenhado em evidenciar o valor acrescido que trazem à qualidade do projecto e da construção no nosso país, nos diversos sectores económicos onde actuam.

Congratulo-me também, e de forma singular, por a “Política Nacional de Arquitetura e Paisagem” integrar o conjunto de considerandos deste Protocolo. A PNAP reconhece que da arquitetura, e também da paisagem, procedem fortes implicações para o desenvolvimento do país, designadamente em termos de sustentabilidade ambiental, económica, social e cultural, de eficiência energética e de combate às alterações climáticas. E que contribui para uma economia mais competitiva e para uma sociedade mais digna, justa e inclusiva.

Considero que é também uma oportunidade de, seis anos depois da sua aprovação por Resolução do Conselho de Ministros, passarmos ao Plano de Acção aí consagrado através de diversos tipos de medidas.

Refiro-me sobretudo àquelas que concernem à informação, sensibilização e conhecimento especializado, como o são as “Ações de Formação” e os “Prémios” no âmbito do Ambiente e da Sustentabilidade, que constituem o objecto deste Protocolo.

O facto de espoletarmos o Plano de Acção em conjunto, e em colaboração com o Ministério que detém a tutela sobre a Ordem dos Arquitectos, permite-me augurar o início de uma ligação e de uma cooperação muito promissora e actuante e uma oportunidade.

Será outra oportunidade, a possibilidade da participação efectiva dos arquitectos no Plano de Recuperação e Resiliência, no planeamento, no desenho e na construção da recuperação económica sustentável do país.

Para responder aos objectivos e exigências que o Governo de Portugal e a Comissão Europeia definiram, é necessário reforçar a capacidade técnica dos arquitectos, com conhecimentos e metodologias específicos na área da sustentabilidade, que venham complementar a sua formação generalista de base.

Por outro lado, a instituição de Prémios nas áreas da Construção e Investigação reforça um reconhecimento nos trabalhos de excelência, que extravasa a esfera dos profissionais, apostando também na componente de consciencialização e de educação dos cidadãos e utilizadores.

A qualidade do que se constrói, a arquitectura e a paisagem, é fundamental para o desenvolvimento sustentável do país, e essa qualidade é o resultado de vários factores que confluem para esse fim: os factores ambientais, de eficiência energética e sustentabilidade, a preservação de valores culturais e históricos.

Um ambiente construído de qualidade e sustentável é gerador de riqueza e determinante na atractividade da nossa paisagem e arquitectura e na competitividade da nossa economia.

Com efeito, as alterações climáticas constituem um desafio que requer soluções mundiais, mas que impõe compromissos globais e locais, e que a todos responsabiliza, obrigando a cooperar na prossecução dos objectivos. Enquanto arquitectos, não podemos esquecer que os edifícios são responsáveis por cerca de 40% do consumo total de energia da UE e 36% da emissão de gases com efeito de estufa, percentagens demasiado expressivas para que negligencemos a responsabilidade de todos no que construímos: encomendadores, projectistas e cidadãos.

Perante este momento de definição estratégica de uma política de sustentabilidade é urgente incluir a arquitectura — as cidades que desenhamos, a paisagem e o território que transformamos, os edifícios que construímos — e os impactos que possa ter para o desenvolvimento do país: social, económica e culturalmente.

É no equilíbrio da sua produção, nesses três vectores, que os arquitectos defendem o bem comum, agindo como mediadores e intérpretes dos interesses públicos e privados, enquadrando qualitativa e quantitativamente os múltiplos temas no sentido do desenvolvimento sustentável.

Importa convocar a questão da durabilidade e da qualidade da construção, transcendendo a estrutura dominante que tende a entender por qualidade o cumprimento de metas quantitativas. A promoção de uma estratégia de reconhecimento e qualificação da arquitectura é essencial para obter um território nacional, natural e construído, equilibrado, resiliente e "sustentável".

A rápida e grave evolução das alterações climáticas e dos respectivos impactos negativos para a biodiversidade, a sustentabilidade ambiental e a qualidade de vida é incontornável.

Em Setembro de 2020, a Presidente da Comissão Europeia, Ursula von der Leyen, no quadro da *Renovation Wave Strategy*, lançou um novo repto: o projecto de uma “Nova Bauhaus Europeia” que acrescenta uma dimensão cultural às medidas económicas, sociais e ambientais: um projecto cultural que integre todos os actores do sector e que considera a qualidade arquitectónica e do desenho como os seus princípios orientadores. A Comissão está a lançar uma mudança fundamental, que pode ser um acelerador da transição para uma economia e uma sociedade mais sustentáveis, que irá aproximar o “Pacto Ecológico Europeu” dos cidadãos.

Este projecto da “Nova Bauhaus Europeia” veio surpreender-nos a todos e estou a dar nota de outra oportunidade.

O *Green Deal* deve também, e especialmente, ser um novo projecto cultural para a Europa. A Nova Bauhaus concorre para esse fim: abre caminhos e perspectivas do que se podem designar novos paradigmas que incluem a cultura. A resiliência é um dos seus objectivos, o que significa durabilidade, aumentar o ciclo de vida do construído.

A própria Comissão parece, assim, reconhecer que a “sustentabilidade” vai além da sua natureza técnica. Importa, pois, apostar numa relação alargada da sustentabilidade com a sociedade no momento presente e no futuro.

O tema é também de natureza cultural, com relações vastas, com a estrutura e organização da sociedade. Esta vastidão tem gerado inúmeros estudos em quase todas as disciplinas do conhecimento, por vezes convergindo e cristalizando nalgumas sínteses, necessariamente temporárias, dada a ainda actualidade e também a relevância do tema.

Importa ir além da aplicação acrítica de um conjunto de regras deterministas e prescritivas quase sempre expressas sob a forma de regulamentação técnica, parciais, e mesmo potencialmente amplificadoras de soluções “insustentáveis”.

No “menor custo” do presente não cabe a “maior questão” da sustentabilidade do futuro.

É fundamental promover uma maior eficiência no uso de recursos através da circularidade da economia. É importante valorizar a utilização de materiais de construção de base biológica. É determinante apostar em

espaço público de qualidade e dar importância às políticas de mobilidade sustentável, nomeadamente apostando no transporte público e nas mobilidades alternativas ao automóvel. Importa apostar na promoção de uma educação para a paisagem e para a cidade, uma expressão de cidadania. A aprendizagem em torno da paisagem e da arquitectura é fundamental para a defesa do património natural e a construção de um ambiente construído de qualidade. O território tem de estar no centro das políticas públicas.

Se a pandemia revelou as vulnerabilidades do mundo construído, das cidades e da paisagem, veio também despertar na cidadania uma sensibilidade, mas, também, até certo ponto, uma reivindicação. A crise pandémica veio exigir soluções.

A tendência mais frequente na busca de uma construção sustentável é a aposta nas tecnologias.

Mas a sustentabilidade não é matéria unicamente tecnológica.

É preciso reabilitar, reciclar, repensar os modelos de vida com consequências directas na forma de habitar, de construir, de utilizar os espaços públicos. O Covid-19 apenas veio expôr esta evidência, de uma forma clara e transversal.

Esta crise é, afinal, um processo em desenvolvimento. É preciso saber aprender com ela, estabelecer objectivos e estratégias, para, como arquitectos num projecto, ir fazendo escolhas, abrindo janelas, espreitando o futuro, “caminhando e medindo”.

Elegendo e alargando as oportunidades.

Este protocolo, hoje firmado entre o Fundo Ambiental e a Ordem dos Arquitectos é, sem dúvida, uma oportunidade de todos, projectistas, cidadãos e governantes, aprendermos a cooperar na construção deste futuro, também presente, sustentável.

Gonçalo Byrne

Presidente